

O PLURALISMO TEÓRICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

THEORETICAL PLURALISM IN INTERNATIONAL RELATIONS: A BRIEF LITERATURE REVIEW

Jenifer Queila Santana¹

Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Ciência Política
Recife - Pernambuco - Brasil

José Francelino Galdino Neto²

Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Ciência Política
Recife - Pernambuco - Brasil

Pedro Pedro Henrique Mota de Carvalho³

Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Ciência Política
Recife - Pernambuco - Brasil

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo incluir nas discussões sobre teoria de Relações Internacionais da academia brasileira o tema do pluralismo teórico. O debate aqui apresentado não se alinha aos argumentos de autores como Dunne, Hansen e Wight (2013), que consideram como pluralismo a diversidade de teorias presentes na literatura sobre relações internacionais. Aqui, entende-se por pluralismo teórico o esforço para conjugar perspectivas de diferentes abordagens teóricas das Relações Internacionais, buscando uma explicação mais contundente da realidade vigente no Sistema Internacional. Portanto, pretendemos apresentar uma breve revisão de literatura sobre o pluralismo teórico nas RI, a partir de uma análise das pesquisas dos principais estudiosos do tema. O artigo está dividido em duas seções. Na primeira explanaremos o conceito de pluralismo teórico, o contexto que possibilitou seu desenvolvimento dentro das Relações Internacionais, suas estratégias de aplicação e algumas limitações apresentadas pela literatura sobre esse instrumento. Na seção seguinte, apresentar-se-á uma discussão considerada pelos autores como fundamento para a abordagem pluralista nas Relações Internacionais: o debate entre Racionalismo e Construtivismo.

Palavras-Chave: Pluralismo Teórico. Teoria de Relações Internacionais. Racionalismo. Construtivismo.

Abstract: The main objective in this article is to include in discussions on theory of International Relations of the Brazilian Academy the issue of Theoretical Pluralism. The discussion presented here does not line up with the arguments of authors such as Dunne, Hansen and Wight (2013), who consider pluralism as the diversity of theories present in the literature on International Relations. Here, in this paper, we considered Theoretical Pluralism as the effort to combine perspectives from different theoretical approaches to International Relations seeking a more comprehensive explanation of the current reality in the International System. Therefore, we intend to present a brief literature review of the theoretical pluralism in RI, from an analysis performed by leading scholars of the subject. The article is divided into two sections. In the first section, we explain the concept of Theoretical Pluralism, the context that enabled its development within the International Relations, their implementation strategies and some criticisms of the literature on this instrument. In the following section, it will be presented a discussion considered by the authors as a basis for pluralistic approach in International Relations: the debate between Rationalism and Constructivism.

Key-Words: Theoretical Pluralism. Theory of International Relations. Rationalism. Constructivism.

¹ jeniferqs_11@hotmail.com

² ngaldino5@gmail.com

³ pedro_mota_19@hotmail.com

Recebido: 03/08/2016

Aprovado: 30/11/2016

Considerações iniciais

Este artigo tem como principal objetivo incluir nas discussões sobre teoria de Relações Internacionais (RI) da academia brasileira o tema do pluralismo teórico. O debate aqui apresentado não se alinha aos argumentos de autores como Dunne, Hansen e Wight (2013), que consideram como pluralismo a diversidade de teorias presentes na literatura sobre relações internacionais. Aqui, entende-se por pluralismo teórico o esforço para conjugar perspectivas de diferentes abordagens teóricas das RI, visando a uma explicação mais contundente da realidade vigente no Sistema Internacional.

Apesar de a literatura sobre pluralismo teórico nas RI ter se difundido na segunda metade da década de noventa nas principais revistas de Relações Internacionais (CHECKEL, 2013), no âmbito brasileiro pouco se discutiu esse tema até o presente momento. Na literatura nacional, a discussão mais notável sobre o assunto foi apresentada em 2002 por Antônio Ramalho Rocha em seu livro *Relações Internacionais: teorias e agendas* (ROCHA, 2002). Embora tenha delegado uma seção de seu livro pra abordar o pluralismo teórico, Antônio Rocha (2002) não elencou este tema como principal em sua obra. As questões tratadas ali foram posteriormente relatadas, de forma mais específica, por autores como Katzenstein & Sil (2010a), Lake (2011) e Checkel (2013) cujas ideias estão explicitadas neste artigo. Desse modo, pretendemos apresentar uma breve revisão de literatura sobre o pluralismo teórico nas RI, a partir de uma análise das pesquisas dos principais estudiosos do tema.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção explanaremos o conceito de pluralismo teórico, o contexto que possibilitou seu desenvolvimento dentro das Relações Internacionais, suas estratégias de aplicação e algumas críticas apresentadas pela literatura sobre esse instrumento. Na seção seguinte, apresentaremos uma discussão considerada por nós como fundamento para a abordagem pluralista nas Relações Internacionais: o debate entre Racionalismo e Construtivismo. A ideia não consiste em apresentar todas as nuances desse amplo debate, mas expor seu impacto para o desenvolvimento das teorias de Relações Internacionais.

1. Pluralismo Teórico nas Relações Internacionais

Até o início da década de noventa, o campo de estudo das Relações Internacionais poderia ser caracterizado como um mundo de 'ismos'. Nesse cenário, as abordagens monistas tinham preeminência sobre a maioria das análises. Contudo, alguns esforços na contramão desse contexto

começaram a surgir na segunda metade da década de noventa. Segundo Checkel (2013), fatores externos e internos à disciplina de Relações Internacionais provocaram esses esforços. No tocante aos externos, pode-se apontar o fim da Guerra Fria, a intensificação da globalização e a consolidação da integração europeia. Em relação aos internos, percebeu-se que a dinâmica intrínseca à disciplina requeria debates para além da guerra paradigmática, que explicassem de forma mais acurada a política internacional vigente.

Sendo assim, o pluralismo teórico na disciplina de Relações Internacionais surge como uma alternativa à produção intelectual promovida segundo os moldes dos Grandes Debates entre paradigmas teóricos. Esses debates teriam ajudado a esclarecer e limitar os diferentes pressupostos assumidos pelas teorias vigentes, embora não tenha feito muito mais que isso. Os autores de cada tradição teórica teriam disputado sobre quais pressupostos capturariam melhor a natureza das relações humanas e das organizações políticas, e isso pouco explicou os problemas empíricos da política internacional (LAKE, 2013).

Por pluralismo teórico – também reputado como ecleticismo teórico ou *bridge building* – entende-se uma “instância intelectual” que promove esforços para combinar, complementar e utilizar conceitos e insights de duas ou mais teorias para capturar a complexidade dos problemas do mundo real (KATZENSTEIN & SIL, 2010a; CHECKEL, 2013; ROCHA, 2002). Tal estratégia não o coloca numa posição superior aos paradigmas teóricos, mas acaba por oferecer uma solução ao problema da dificuldade de avanço inter-paradigmático entre conceitos e termos teóricos pautados por pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos de caráter positivista e pós-positivista. A busca por um avanço *inter-paradigmático* foi deletéria para o avanço da disciplina, pois pressupunha que dos grandes debates deveria emergir uma teoria de “superioridade epistemológica”, em vez de considerar a validade de cada teoria e explorar a possibilidade de complementaridade entre elas (LAKE, 2011). A incompatibilidade entre as diversas tradições seria insolúvel, impossibilitando que emergisse do debate uma síntese ou teoria vencedora (LAKE, 2013).

Katzenstein e Sil (2010a) demonstram o poder explicativo do ecletismo teórico e como este pode contornar o problema da incompatibilidade entre os diferentes pressupostos teóricos. Segundo os autores, o traço distintivo do ecletismo analítico é a clareza quanto à compreensão da força explicativa de cada teoria, bem como os *trade-off* envolvidos nas escolhas de diferentes pressupostos ontológicos e metodológicos (KATZENSTEIN & SIL, 2010a).

Sendo consciente da importância de cada tradição, o pluralismo teórico promoveria um relaxamento dos postulados metateóricos das diversas teorias, de modo a não abordar leis universais, mas produzir teorias de médio alcance, ou seja, teorias aplicáveis a contextos específicos, nos quais as relações de causa e efeito propostas por tradições teóricas distintas possam

ser combinadas e de fato testadas e avaliadas (KATZENSTEIN & SIL 2010a; KATZENSTEIN & SIL, 2010b). Na concepção de Antônio Rocha (2002) o campo de estudo das Relações Internacionais desenvolve-se a partir de dois direcionamentos: o infrateórico e o metateórico (interteórico). No infrateórico os autores e estudiosos estariam aptos para, através da comparação de diferentes observações dos fenômenos internacionais, aperfeiçoar os conceitos cunhados dentro do âmbito de uma determinada teoria da área. Por outro lado, no plano metateórico, os autores poderiam promover uma análise resultante da combinação dos conceitos de diferentes teorias, ao passo que também testariam a consistência de cada uma das abordagens teóricas. Aquilo que Rocha (2002) concebe como desenvolvimento no direcionamento metateórico consiste no “relaxamento do postulado metateórico” apontado por Katzenstein e Sil (2010a, 2010b).

São duas as estratégias básicas para a operacionalização do pluralismo: o domínio de aplicação e o sequenciamento temporal. O domínio de aplicação específica onde a teoria é melhor aplicável em um determinado problema de pesquisa e, a partir disso, situa os diferentes domínios em uma perspectiva maior, de modo a trabalhar em conjunto para melhor explicar a complexidade causal de um fenômeno identificado (JUPILLE, CAPORASO, CHECKEL, 2003; CHECKEL, 2013). Como expõe Checkel:

Scholars have advanced a number of domain-of-application propositions. For example, we might imagine that high substantive stakes invite rational calculation, while relatively low stakes allow for noncalculative decision making. Or we might postulate that the more routine the behavior, the more easily it is institutionalized (backgrounded). In organizational theory and general systems theory, for example, those parts of the environment that can be mapped in some stable sense are hardwired into the organization and become part of its lower (administrative) functions. Less stable, less easily mapped aspects of the environment remain on the strategic agenda. The key to this strategy is properly to specify the scope conditions of each theory, what its domain is, and how it relates to other theories. If one theory provides some value-added to the other, we can improve our efforts by this approach (CHECKEL, 2013, p. 225).

O sequenciamento temporal, por seu turno, consiste na seleção de variáveis explicativas segundo dimensões temporais específicas e identificadas no problema de pesquisa proposto. A complexidade causal seria apreendida ao se utilizar de mecanismos explicativos mais apropriados aos diferentes estágios temporais do fenômeno (JUPILLE, CAPORASO, CHECKEL, 2003; CHECKEL, 2013). Um exemplo de aplicação da estratégia de sequenciamento temporal é o trabalho de Jeffrey Legro: “*Culture and preferences in the international cooperation two-step*”. No estudo Legro (1996), ao explicar o processo de decisão de uso da força na guerra, explica por intermédio da perspectiva culturalista as formações de preferências dos Estados e, pela perspectiva racionalista, explica os pontos de conflito e cooperação interestatal. Uma precede a outra temporalmente no processo de explicação da cooperação entre os Estados.

As tradições teóricas de RI, buscando a maior abstração e, em grande medida, visando à parcimônia das teorias, acabam por oferecer respostas que simplificam demais a realidade e não capturam sua complexidade causal (HAAS, 2010). Por intermédio dessas duas estratégias, o pluralismo teórico demonstra que a flexibilização dos pressupostos metateóricos é necessária para uma explicação mais abrangente, mesmo que implique alguma perda de parcimônia teórica ao abrir mão das explicações *monocausais*, e justifica essa mesma flexibilização segundo critérios pragmáticos (BA, 2010). O pragmatismo das teorias de médio alcance consiste justamente na opção por flexibilizar pressupostos teóricos e metateóricos com o objetivo de adaptar os mecanismos explicativos das teorias a problemas reais.

Para tanto, não só é necessária a flexibilização metateórica, mas também a própria ontologia das teorias de médio alcance necessita ser “*open ended*”, ou seja, conceber a construção do conhecimento como dependente da experiência dos atores em lidar com problemas do mundo real. Considera-se que a produção do conhecimento é uma “atividade social e discursiva”, dependente de normas consensuais e legitimação das instituições sociais (KATZENSTEIN & SIL, 2010a). Isto, porém, não restringe o escopo das teorias de médio alcance às agendas de pesquisa e metodologias interpretativistas e cognitivistas.

Sua principal implicação é o desafio a pressupostos abstratos das explicações *monocausais*, pois os fenômenos da política internacional dependem de estruturas materiais e ideacionais construídas pela interação entre os agentes e estrutura, sendo, portanto, *sobredeterminadas*, isto é, gerados por múltiplas causas. Dada a sua complexidade, esses fenômenos seriam questões acessíveis apenas à investigação científica – seja de caráter positivista ou interpretativista – e a tentativa de abordá-las somente por meio de pressupostos não mensuráveis configuraria um reducionismo analítico (KATZENSTEIN & SIL, 2010a)

Embora o caráter pragmático do ecletismo ou pluralismo teórico consiga contornar o problema do reducionismo explicativo, construindo histórias causais que melhor capturem a complexidade dos fenômenos das RI, seu objetivo não é oferecer “respostas superiores” a nenhuma tradição específica (LAKE, 2013; KATZENSTEIN & SIL, 2010b).

1.1 Críticas apresentadas pela literatura ao Pluralismo Teórico

Conforme se expôs acima, a operacionalização de teorias de médio alcance leva à utilização de mecanismos explicativos de teorias distintas, aplicando-os segundo diferentes domínios e estágios temporais, com o objetivo de expandir o escopo de análise dos fenômenos e abordar problemas específicos desconsiderados pelas tradições teóricas. Assim, a produção do conhecimento segundo os moldes do pluralismo teórico tenderia a beneficiar, não apenas a produção acadêmica, mas

poderia oferecer explicações mais compatíveis com os problemas substantivos e complexos com os quais os atores precisam lidar.

O *trade-off*, porém, não consiste apenas na troca entre capacidade de generalização e parcimônia pela maior imersão e capacidade explicativa. Outros custos para o pluralismo teórico consistem na possibilidade de acumulação teórica e os problemas de compatibilização entre epistemologias positivistas e pós-positivistas.

Quanto à acumulação teórica, o primeiro entrave enfrentado pelas teorias de médio alcance consiste na perda dos paradigmas que são mais facilmente construídos no contexto de uma tradição teórica específica. Esses paradigmas envolvem teorias distintas, mas que compartilham conceitos equivalentes, provendo a disciplina de um vocabulário comum e criando uma impressão de progresso. Muito embora o avanço das teorias de médio alcance seja notório e os problemas por elas tratados, substantivos e complexos, a opção por uma abordagem plural resultará na perda de um *framework* comum para a disciplina (CHECKEL, 2013; BENNETT, 2010).

Esse problema, embora válido, é em grande medida relativizado por Katzenstein e Sil (2010a). Para os autores, a noção de cumulação teórica nas RI é fundamentalmente enviesada, sendo definida em termos de aderência a um determinado paradigma ou tradição. Deste modo, o progresso cumulativo da disciplina como um todo inexistente, e o que há são progressos parciais, admitidos apenas por indivíduos que compartilham dos mesmos paradigmas. O pluralismo teórico abdica de se apresentar como um *framework* segundo o qual a disciplina de RI deveria se reorganizar, em favor da possibilidade de intermediar diferentes paradigmas teóricos, aplicando diferentes mecanismos explicativos de suas teorias em questões próprias do âmbito político (KATZENSTEIN & SIL, 2010b).

Não obstante, a busca pela captura da complexidade causal das teorias de médio alcance plurais também levanta questões importantes para a acumulação teórica. A *sobredeterminação* é a principal utilidade do pluralismo teórico, mas implica a dificuldade de demonstração do impacto causal de uma variável de forma específica. As teorias de médio alcance precisam enfatizar o desenho de pesquisa para melhor demonstrar a relação entre as diversas variáveis na explicação do fenômeno, e assim proporcionar a formação de um corpo teórico sólido e justificar a opção por essa forma de análise perante os efeitos negativos do abandono de explicações *monocausais* e abstratas (CHECKEL, 2013).

O segundo problema consiste na compatibilização de diferentes visões epistemológicas. O pragmatismo das teorias de médio alcance demanda a flexibilização metateórica, com a finalidade de abordar os fenômenos de maneira menos abstrata. Todavia, o debate metateórico continua a ter um lugar de evidência consoante à necessidade de acomodação de diferentes epistemologias.

Em princípio, é possível a elaboração de teorias de médio alcance, seja de orientação positivista, ressaltando a empiria, ou de orientação pós-positivista, concentrando-se em abordar problemas desconsiderando a possibilidade de formulação de inferências causais e fazendo uso de pressupostos epistemológicos interpretativistas. Porém, verifica-se uma tendência para prevalência de teorias de caráter estritamente positivistas, com foco no processo político e no estudo dos efeitos de uma ou mais variáveis sobre as políticas resultantes. Nesses estudos, as unidades de análise são determinadas segundo a possibilidade de estabelecer proposições causais, identificar variáveis mensuráveis e produzir explicações empiricamente embasadas (LAKE, 2013)

A reflexão metateórica é necessária para superar esse problema, elaborando julgamentos *inter-epistemológicos* de modo a identificar e delimitar domínios em que possam ser aplicadas epistemologias positivistas e interpretativistas para produzir explicações sobre um fenômeno específico (CHECKEL, 2013).

2. Fundamentação para a abordagem pluralista: o debate entre Racionalismo e Construtivismo

Na introdução da edição de aniversário de 50 anos da revista *International Organizations*, Peter Katzenstein, Robert Keohane & Stephen Krasner (1998) afirmaram que o próximo grande debate teórico da disciplina de Relações Internacionais seria em torno do Racionalismo *versus* Construtivismo.

Para Fearon e Wendt (2002), o debate teórico deixaria de ter como foco as teorias tradicionais de Relações Internacionais e passaria a buscar caminhos para responder a outra questão fundamental de natureza metateórica: como devemos estudar as Relações Internacionais? Neste momento, o debate entre Positivismo e Construtivismo apresenta-se como ponto de partida. Os autores propõem que as abordagens racionalistas e construtivistas não são excludentes, podendo em determinados aspectos convergirem. Ao mesmo tempo, os autores não propõem uma possível síntese entre elas. Na verdade, eles acreditam que racionalismo e construtivismo devem ser utilizados pelo analista de Relações Internacionais, como ferramentas analíticas.

Entretanto, um debate essencialmente ontológico sobre Racionalismo e Construtivismo limita as contribuições fornecidas para um estudo metateórico das Relações Internacionais. Em grande medida, a maior barreira é imposta pela descrença, por parte dos autores, de que argumentos teóricos sobre a disciplina sejam a priori desacreditados somente por questões filosóficas. Logo, para Fearon e Wendt (2002), a disciplina demanda do analista que não exista um comprometimento ontológico imutável, pois a natureza dos objetos de estudo das Relações Internacionais está em constante mudança.

Outra forma de avaliar o debate é a partir da epistemologia. Existem grandes diferenças em como abordagens racionalistas e construtivistas enxergam o modo como o mundo funciona na prática. O racionalismo, em termos epistemológicos, observa somente os fenômenos do mundo material, que podem ser medidos de alguma forma específica. Por outro lado, o Construtivismo, observa um mundo material como resultado das interações sociais e demais fenômenos imateriais, pois seu foco será nos fenômenos não observáveis e imateriais. Especialmente no que tange à formação das preferências dos atores na arena internacional, se estas são formadas por influências exógenas ou por meio das interações sociais, influências endógenas. Na interpretação de Fearon e Wendt (2002), tais diferenças são meramente o resultado de objetivos diferentes de análise, pois racionalistas e construtivistas possuem abordagens analíticas distintas. O Racionalismo foca nos agentes e como estes se comportam dentro das estruturas sociais e políticas. Por outro lado, o Construtivismo foca na estrutura para explicar o comportamento dos agentes e ao mesmo tempo, como esta estrutura é formada a partir das interações sociais e políticas. Os autores julgam, então, que tanto racionalismo como construtivismo, falharam em contribuir de forma determinante para a análise empírica das Relações Internacionais, tendo em vista que contam somente metade de uma história, se encarados como perspectivas antagônicas.

Neste sentido, Fearon e Wendt (2002) afirmam que as duas correntes trabalham com campos semelhantes de análise, potencialmente complementares. E, mesmo com focos analíticos diferenciados, poderia ser extremamente vantajoso utilizar as ferramentas analíticas de uma corrente para responder as perguntas feitas pela outra, construindo, assim, explicações mais completas e bem estruturadas.

Portanto, duas questões se estabelecem como fundamentais para o debate. Quando e como as ideias influenciam nas Relações Internacionais? E, como e quais são as características do relacionamento entre os atores internacionais e as estruturas nas quais estão inseridos? Tanto Racionalismo quanto Construtivismo proporão respostas plausíveis para tais questões de acordo com seus parâmetros. Entretanto, ambos possuem abordagens mais voltadas para os agentes ou para a estrutura, logo devem ser trabalhados como perspectivas complementares e não excludentes (FEARON & WENDT, 2002).

Para Fearon e Wendt (2002), o Racionalismo pode ser caracterizado como uma abordagem metateórica, em outras palavras, como uma espécie de mapa que busca explicar como as ações são tomadas em contextos estratégicos ou multifatoriais (FEARON & WENDT, 2002). Segundo Kahler (1998), a influência do Racionalismo nas Relações Internacionais pode ser datada da década de 1930 por meio do impacto dos estudos de Charles Merriam, Harold Lasswell e Quincy Wright, que propuseram a razão humana como meio para se explicar as ações na política internacional da mesma forma como era utilizada na Economia e na Ciência Política. A razão humana viria a ser

utilizada como explicação para as atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial – algo que foi incorporado com grande força pela academia norte-americana devido à inserção de vários analistas europeus que tinham buscado asilo nos Estados Unidos no período do conflito. Com destaque podemos citar o impacto dos trabalhos de Hans Morgenthau para os estudos da disciplina (KAHLER, 1998).

Fearon e Wendt (2002) observam que nas abordagens racionalistas, o modelo formal de explicação se apresenta como um argumento. Os argumentos, por sua vez, formalizam e exploram as consequências das ações coletivas baseadas em um princípio fundamental da psicologia popular: as ações devem ser explicadas e entendidas a partir de como estas fazem sentido tendo como base um determinado conjunto de valores e crenças. Podemos, então, pensar os efeitos dos modelos formais racionalistas dentro dos estudos das Relações Internacionais de forma clara quando olhamos para o Realismo e suas variantes.

Contudo, para Kahler (1998) a utilização da razão humana na perspectiva realista apresenta problemas de definição conceitual. O principal problema é a falta de compreensão sobre a importância das crenças e como estas formam a base explicativa das ações humanas. Neste sentido, uma análise racionalista não pode desconsiderar a importância dos aspectos não materiais. Fatores como cultura, costumes, normas – os produtos da socialização – devem compor toda análise racionalista (KAHLER, 1998).

Assim como o Racionalismo, o Construtivismo não pode ser limitado a termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Ao mesmo tempo, não pode ser apresentado como uma teoria de Relações Internacionais como o Realismo ou Liberalismo. Portanto, o Construtivismo pode ser visualizado, de uma melhor forma, como um conjunto de questionamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que desafiará, em grande medida, o domínio do Positivismo dentro das Ciências Sociais como um todo – desempenhando um papel de metateoria.

O domínio do Positivismo tinha como alicerce a ideia de que as ciências sociais deveriam estar baseadas em análises empíricas. Logo, somente fatores e variáveis materiais poderiam fazer parte da análise. O Construtivismo questiona isso no momento em que apresenta a realidade como resultado de fatores não observáveis e imateriais, como a construção de discursos. Para os construtivistas, as ciências sociais por terem uma essência diferenciada das ciências exatas (ou naturais, por exemplo) não deveriam estabelecer suas análises somente em fatores materiais, pois uma parte significativa da vida social não pode ser mensurada ou analisada com uma regressão.

Em especial nas Relações Internacionais, Fearon e Wendt (2002) apontam contribuições epistemológicas importantes do Construtivismo. Podemos destacar como as ideias, o conhecimento e o discurso são utilizados como forma de poder. O Construtivismo tem como objetivo primário analisar o papel desempenhado pelas ideias na construção social. Adjacente a este objetivo, temos a

procura por mostrar que a natureza dos agentes e dos objetos é socialmente construída. Portanto, as abordagens construtivistas buscam metodologias que foquem mais no coletivo do que no individual, pois os impactos da socialização são fundamentais para a construção dos agentes e das estruturas.

Conforme exposto, o debate entre Racionalismo e Construtivismo é visto de forma equivocada como um jogo no qual o analista deve optar pelo materialismo ou pelas ideias. Contudo, tanto as ideias são importantes para o Racionalismo, como o aspecto material é importante para o Construtivismo. Na verdade, o que diferencia as abordagens é como e quando as ideias ou os aspectos materiais importam mais. Neste momento, cabe ao analista observar seu objeto de estudo e julgar, da melhor forma possível, como confrontar as duas explicações, buscando uma espécie de síntese analítica.

Nos últimos anos, as teorias tradicionais de Relações Internacionais estão perdendo espaço para estudos empíricos focados em metodologias quantitativas e praticamente sem teoria (GUZZINI, 2013; MEARSHEIMER & WALT, 2013). Neste sentido, a consolidação do diálogo entre Racionalismo (positivismo) e Construtivismo (pós-positivismo), pode fortalecer os estudos teóricos da disciplina, pois produzem explicações mais próximas da realidade empírica, não abrindo mão das contribuições provenientes da teoria.

As teorias de médio alcance desempenham um papel fundamental nesse processo, como dito por David Lake (2011). Nestas é possível observar a influência tanto do Racionalismo como do Construtivismo. Um exemplo de materialização desses impactos é o trabalho sobre as instituições europeias, realizado por Jupille, Caporaso & Checkel (2003). O argumento central dos autores é que o debate meta-teórico sobre instituições evoluiu de forma importante ao longo do tempo, contudo agora é necessário buscar um debate teórico e metodológico mais focado e estruturado na empiria, no qual as ferramentas analíticas provenientes tanto do racionalismo como do construtivismo são fundamentais.

Com isso em mente, Jupille, Caporaso & Checkel (2003) propõem o conceito de instituições integradas (*intregating institutions*), no qual buscam unir conceitos teóricos diferenciados sobre as instituições, somando a abordagem racionalista e construtivista (sociológica), com o objetivo de promover a integração teórica e metodológica entre os diferentes subcampos da ciência política que estudam as instituições.

Para os autores, o “Novo Funcionalismo” de Haas (1976) foi uma primeira tentativa de explicar o processo de integração europeu em termos mais formais. Nas Relações Internacionais, o “Novo Funcionalismo” contribuiu para uma abertura intelectual dos autores da área, que posteriormente teve na teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye (1975) seu fruto mais vistoso.

Anos mais tarde, o surgimento da Comunidade Europeia propiciou uma nova onda de estudos, que além do “Novo Funcionalismo”, também ressuscitaram uma reformulação do Intergovermentalismo de Moravcsik (1991; 1993). Portanto, vários estudos comparados dentro do campo da ciência política foram importantes para sedimentar os trabalhos sobre o papel das instituições no processo de integração regional europeu, por exemplo, os trabalhos de Attina (1990) sobre partidos políticos.

Para Jupille, Caporaso & Checkel (2003), é possível realizar uma distinção entre os estudos sobre o tema da seguinte forma: estudos sobre como os Estados se comportam internamente (Ciência Política); e, de como estes se comportam dentro do sistema internacional (Relações Internacionais). Contudo, estes estudos não se apresentam de forma isolada, existindo um grande intercâmbio teórico e metodológico principalmente dentro dos métodos de Política Comparada.

Segundo Milner (1998), o Institucionalismo, em especial, funcionou como uma ponte intelectual entre os estudos teóricos comparados, europeus e norte-americanos, devido à forte associação estabelecida entre a interdependência complexa e a teoria dos jogos (JUPILLE, CAPORASO & CHECKEL, 2003).

Os autores julgam, então, que o termo Institucionalismo é complexo e até mesmo confuso, pois como enunciado por Taylor e Hall (1996) existem vários tipos de Institucionalismo, racional ou sociológico (abordagem construtivista). Dito isso, os estudos sobre instituições, com destaque as europeias, necessitam da soma das ferramentas analíticas dessas duas correntes diferenciadas. Principalmente depois da criação da Comunidade Europeia. Ao mesmo tempo, que devem se proteger dos vícios das abordagens puramente focadas numa corrente. Portanto, os autores buscam criar pontes em temas específicos entre racionalismo e construtivismo. Com destaque, a questão da criação das identidades, na qual podemos ver as crenças do racionalismo e poder das ideias do construtivismo, construindo assim uma teoria de médio alcance.

Considerações Finais

O Pluralismo Teórico em Relações Internacionais define-se como uma instância intelectual na qual conceitos e *insights* de diferentes teorias são combinados de modo a oferecer explicações que capturem a complexidade causal dos fenômenos estudados pela disciplina. Esse *bridge building* proposto pelo pluralismo teórico tem por objetivo proporcionar a construção de teorias de médio alcance, abdicando de discussões mais abstratas acerca dos diferentes pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos assumidos pelas teorias disponíveis, e operacionalizando-os segundo sua adequação aos problemas abordados.

Dessa forma, conforme argumentam autores favoráveis ao pluralismo teórico, seriam superados os reducionismos analíticos das explicações *monocausais* gerados pela ênfase em

pressupostos não mensuráveis (KATZENSTEIN & SIL, 2010a), e a disciplina de Relações Internacionais estaria mais bem servida ao redirecionar a ênfase de debates *inter-paradigmáticos* para estudos diretamente orientados segundo problemas do mundo real (LAKE, 2011;2013).

Esse esforço não consiste na elaboração de sínteses teóricas ou combinações de diferentes explicações de forma fortuita: o rigor no desenho de pesquisa é fulcral para o estabelecimento do pluralismo teórico. Dois exemplos de estratégia de pesquisa são apontados, sendo o domínio de aplicação e o sequenciamento temporal. O primeiro delimita quais os domínios específicos dos conceitos e *insights* utilizados na abordagem de um problema de pesquisa, projetando-os numa explicação mais ampla. O segundo aplica os mecanismos explicativos segundo sua adequação aos diferentes momentos do desenvolvimento do fenômeno estudado (JUPILLE, CAPORASO, CHECKEL, 2003; CHECKEL, 2013).

Não obstante a clareza de suas formulações, a opção pelo Pluralismo Teórico traz consigo dois riscos. O primeiro diz respeito à acumulação teórica, pois a *sobredeterminação* das teorias de médio alcance pluralistas torna difícil a demonstração do impacto de variáveis de forma individual. O desenho de pesquisa é fundamental para dirimir os efeitos negativos da *sobredeterminação* e proporcionar a precisão e a parcimônia suficientes para que as teorias de médio alcance não se tornem atomizadas e formem um corpo teórico abrangente. O segundo problema advém da flexibilização dos pressupostos metateóricos promovida pelo pragmatismo das teorias pluralistas. Essa flexibilização – ela própria necessária para possibilitar a orientação para problemas do mundo real – acabaria por ser limitada, uma vez que a compatibilização entre mecanismos explicativos de teorias *problem solving* e interpretativistas necessitaria, em grande medida, de reflexão metateórica. (CHECKEL, 2013).

Com isso em mente, podemos afirmar que o debate entre racionalistas e construtivistas desempenhou um papel fundamental para sedimentar os alicerces do Pluralismo Teórico no estudo teórico de Relações Internacionais. Racionalismo e Construtivismo são definidos ao longo do artigo como um conjunto de abordagens ontológicas, epistemológicas e metodológicas, por isso tal debate teria uma natureza meta-teórica.

Assim, suas contribuições transbordaram para diferentes abordagens teóricas dentro do estudo da política internacional, modificando de forma determinante os limites teóricos impostos pelos debates ocorridos no passado. A contribuição mais notória é a existência de um caráter de complementariedade entre abordagens teóricas racionalistas e construtivistas. Isso marca uma mudança importante na reflexão teórica em Relações Internacionais, pois ao longo do tempo inúmeros autores defenderam a ideia de que Racionalismo e Construtivismo eram abordagens antagônicas e excludentes.

Fearon e Wendt (2002) são claros ao mostrar como seria vantajoso para o estudo das Relações Internacionais, utilizar Racionalismo e Construtivismo como ferramentas analíticas que se complementam na medida em que perguntamos utilizando os pressupostos teóricos de uma abordagem e respondemos por meio dos pressupostos teóricos da outra. Tal necessidade é justificada pela complexidade dos objetos de estudo das Relações Internacionais, pois em sua maioria possuem uma natureza multifatorial extremamente complexa. Logo, tanto o mundo material, como as ideias construídas a partir da interação social, não podem ser dispensadas a priori pelo analista fiel a uma determinada abordagem teórica. A teoria não pode servir como um cárcere ao analista, pelo contrário, deve aumentar sua capacidade crítica.

Referências

ATTINA, Fulvio (1990). The voting behaviour of the European Parliament members and the problem of the Europarties. **European Journal of Political Research**, 18 (5): 557-79.

BA, Alice B. (2010). Reflections on Analytic Eclecticism and the Field. **Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research**, 8 (2):14-7.

BENNETT, Andrew (2010). From Analytic Eclecticism to Structured Pluralism. **Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research**, 8 (2): 6-9.

CHECKEL, Jeffrey T. (2013). Theoretical Pluralism in IR: Possibilities and Limits. In CARLNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of International Relations**. London: Sage Publications, 220-42.

DUNNE, Tim; HANSEN, Lene; WIGHT, Colin (2013). The end of International Relations theory?. **European Journal of International Relations**, 19 (3):405-25.

FEARON, James; WENDT, Alexander (2002). Rationalism v. constructivism: a skeptical view. In CARLNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of International Relations**. London: Sage Publications, 52-72

GUZZINI, Stefano (2013). The ends of International Relations theory: Stages of reflexivity and modes of theorizing. **European Journal of International Relations**, 19 (3): 521-41.

HAAS, Ernst B. (1976). Turbulent fields and the theory of regional integration. **International Organization**, 30 (2):173-212.

HAAS, Peter M. (2010). Practicing Analytic Eclecticism. **Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research**, 8 (2):9-14.

JUPILLE, Joseph; CAPORASO, James A.; CHECKEL, Jeffrey T. (2003). Integrating institutions rationalism, constructivism, and the study of the European Union. **Comparative Political Studies**, 36 (1-2): 7-40.

KAHLER, Miles et al. (1998). Rationality in international relations. **International Organization**, 52 (4): 919-41.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D. International organization and the Study of World politics. **International Organization**, 52 (4): 645-85.

KATZENSTEIN, Peter J.; SIL, Rudra (2010a). Analytic eclecticism in the study of world politics: Reconfiguring problems and mechanisms across research traditions. **Perspectives on Politics**, 8 (2): 411-31.

_____. (2010b). Analytic Eclecticism: Not Perfect, but Indispensable. **Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research**, 8 (2):19–24.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph (1975). International interdependence and integration. *In* GREENSTEIN, F. & POLSBY, N. (ed.). **Handbook of Political Science**. Reading, MA: Addison-Wesley, 363-414.

LAKE, David A. (2011). Why “isms” Are Evil: Theory, Epistemology, and Academic Sects as Impediments to Understanding and Progress. **International Studies Quarterly**, 55 (2): 465-480.

_____. (2013). Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, 19 (3): 567-87.

LEGRO, J. W. (1996). Culture and preferences in the international cooperation two-step. **American Political Science Review**, 90 (1): 118-37.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. (2013). Leaving theory behind: Why simplistic hypothesis testing is bad for International Relations. **European Journal of International Relations**, 19 (3):427-57.

MILNER, Helen V. (1998). Rationalizing politics: The emerging synthesis of international, American and comparative politics. **International Organization**, 52 (4):759-86.

MORAVCSIK, Andrew (1991). Negotiating the Single European Act: national interests and conventional statecraft in the European Community. **International organization**, 45 (1): 19-56.

_____. (1993). Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, 31(4): 473-524.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho (2002). **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: IBRI.

TAYLOR, Rosemary C. R. And HALL, Peter A (1996) **Political Science and the Three New Institutionalism**, publicado em [http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp96-6.pdf]. Disponibilidade: 03/07/2016